

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A

**Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2023 e
relatório dos auditores independentes**

Conteúdo

Relatório de Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	14

Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2023, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da **Porto Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. (“ACTE” ou “Companhia”)** para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Carta do Presidente

Cenário

A **Porto Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. (“ACTE” ou “Companhia”)** atua no segmento de transmissão de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 11 anos de existência. Em 2023, a Concessionária manteve as atividades de operação e manutenção da de três subestações e 72,13 km de linhas com capacidade instalada de 230/138 kV, autorizada conforme Contrato de Concessão nº 016/2010.

Transmissão

Contando com 3 subestações e 72,13 km de linhas de transmissão, nas tensões de 230/138kv, a área de transmissão da Outorgada transporta tanto a energia recebida do Sistema Interligado (vide detalhamento no quadro abaixo).. Além de usar suas linhas de transmissão para prover energia a consumidores no Pará, a Outorgada transmite energia para outras empresas usuárias do Sistema Interligado Brasileiro.

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas

Linhas de Transmissão	Circuito	Tensão(Kv)	Extensão (Km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação comercial	Vencimento da Outorga
LT Integradora-Xinguara 2	1	230	72,13	--	01/09/2013	22/12/2040

Linhas de Transmissão em Operação - Características financeiras – Projetos de Linhas

Linhas de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ Mil)	RAP Proporc. (R\$ Mil)	Ano de degrau da RAP	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
LT Integradora-Xinguara 2	ACTE	18.846	18.846	2025	Junho	IPCA

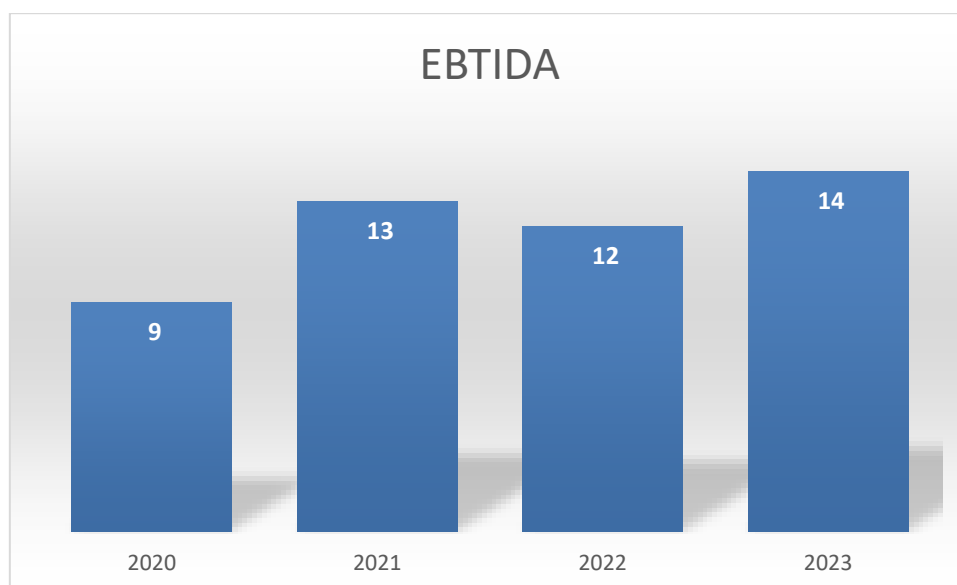
Em vista das linhas em operação, a RAP esperada - sem considerar novos projetos é de R\$ 19,7 milhões para 2024 (evolução de 4% em relação a 2023) e de R\$ 20,4 milhões para 2025 (evolução de 4% em relação a 2024), conforme quadro a seguir:

2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
17.512	18.846	19.662	20.392	21.106	21.845	22.609

Desempenho econômico-financeiro

Em 2023, o lucro líquido foi de R\$ 13 milhões, contra R\$ 11 milhões em 2022, um crescimento de 16%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 19 milhões, enquanto em 2022 situou-se em R\$ 18 milhões. Esse aumento de 8% resultante do aumento da receita de encargos de transmissão e Receita de rede de fronteira que apresentaram aumento de 8%.

A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 11% contra 10% em 2022. O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 14 milhões, superior em 18% a 2022, que foi de R\$ 12 milhões, conforme evolução abaixo:



Serviços de Auditoria Externa

Em 2023 a empresa teve como auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente.

Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes da Companhia Exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

Remuneração Relacionada aos Serviços de auditoria Externa	
Auditor Independente (Em R\$ mil)	2023
KPMG Auditores Independentes	11
Total	11

A companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 01 de março de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	37.845	37.551
Concessionárias e permissionárias	9	2.480	2.081
Contas a receber - partes relacionadas	24	630	368
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2	2
Outros impostos a recuperar		27	28
Outros ativos circulantes	10	2.123	2.453
		<u>43.107</u>	<u>42.483</u>
Ativo não circulante			
Imobilizado não vinculado à concessão	11	173	206
Imobilizado	11	70.306	73.934
Intangível	12	1.517	1.523
		<u>71.996</u>	<u>75.663</u>
Total do ativo		<u>115.103</u>	<u>118.146</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		126	229
Fornecedores - partes relacionadas	24	271	368
Obrigações sociais e trabalhistas		596	432
Imposto de renda e contribuição social a pagar	13	497	303
Outros impostos a pagar	13	435	405
Taxas regulamentares	14	291	225
Dividendos Propostos	16	153	138
		<u>2.369</u>	<u>2.100</u>
Patrimônio líquido	16		
Capital social		106.443	106.443
Reserva de lucros		15.282	16.228
Reserva legal		1.971	1.166
Prejuízo acumulado		<u>(10.962)</u>	<u>(7.791)</u>
		<u>112.734</u>	<u>116.046</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>115.103</u>	<u>118.146</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	17	19.753	18.270
Custo da operação	18	<u>(7.766)</u>	<u>(7.577)</u>
Lucro bruto		11.987	10.693
Despesas gerais e administrativas	19	(1.133)	(1.368)
Outras (despesas)/receitas operacionais		<u>45</u>	<u>(14)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		10.899	9.311
Resultado financeiro	21	<u>4.585</u>	<u>3.621</u>
Receita financeira		4.625	3.758
Despesa financeira		(40)	(137)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>15.484</u>	<u>12.932</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	<u>(2.546)</u>	<u>(1.750)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>12.938</u></u>	<u><u>11.182</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	<u>12.938</u>	<u>11.182</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de outros resultados abrangentes	<u><u>12.938</u></u>	<u><u>11.182</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de Retenção de Lucros	Lucro líquido/ (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	106.443	473	8.903	(5.128)	110.691
Lucro do exercício	-	-	-	11.182	11.182
Constituição de reserva legal (Nota explicativa 16)	-	693	-	(693)	-
Constituição de reserva de retenção de lucro (Nota explicativa 16)	-	-	13.021	(13.021)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 16)	-	-	-	(131)	(131)
Dividendos intermediários	-	-	(5.696)	-	(5.696)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	106.443	1.166	16.228	(7.791)	116.046
Lucro do exercício	-	-	-	12.938	12.938
Constituição de reserva legal (Nota explicativa 16)	-	805	-	(805)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 16)	-	-	-	(153)	(153)
Constituição de reserva de retenção de lucro (Nota explicativa 16)	-	-	15.151	(15.151)	-
Dividendos intermediários	-	-	(16.097)	-	(16.097)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	106.443	1.971	15.282	(10.962)	112.734

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		15.484	12.932
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Depreciação e amortização		3.879	3.812
Reversão de depreciação acumulada por obsolescência		-	(176)
Baixa de imobilizado e intangível	11/12	-	653
Provisão para perda de crédito esperada	9	(4)	44
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		(395)	(118)
Contas a receber - partes relacionadas		(262)	(2)
Imobilizado e intangível	11/12	223	15
Outros impostos a recuperar		1	(1)
Outros ativos		330	(114)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores – terceiros		(103)	(46)
Fornecedores – partes relacionadas		(97)	(53)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		(974)	(755)
Outros impostos a pagar		1.010	952
Taxas regulamentares		66	108
Outros impostos pagos		(980)	(949)
Obrigações sociais e trabalhistas		164	67
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		18.342	16.369
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(1.378)	(877)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		16.964	15.492
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	11/12	(435)	(933)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		(435)	(933)
Dividendos pagos		(16.235)	(5.780)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento		(16.235)	(5.780)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		294	8.779
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		37.551	28.772
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		37.845	37.551

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. (ACTE ou Companhia) é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 17 de agosto de 2010 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1509, Centro, Rio de Janeiro.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia iniciou suas operações em 01 de setembro de 2013, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1 Mudança na participação acionária

Em 1º de julho de 2015, a Companhia foi adquirida pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.2 Da concessão

No dia 22 de dezembro de 2010 a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão ANEEL nº 016/2010, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão no Estado do Pará:

- (i) Pela linha de transmissão em 230 kv, circuito simples, com extensão aproximada de 79 km, origem na Subestação Integradora e término na Subestação Xinguara; Subestação Xinguara em 230/138 kv - 150 MVA; Subestação Carajás em 230/138 kv - 2 x 100 MVA, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 72 km devido à característica do local em que a linha foi implantada.
- (ii) Entradas de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.
- (iii) A entrada em operação da Companhia ocorreu nos meses de agosto e outubro de 2013, conforme termos de liberação para operação comercial emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”).

1.3 Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

1.4 Receita Anual Permitida (RAP)

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$ 6.420 (seis milhões, quatrocentos e vinte mil reais) (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) e Taxa Referencial de Mercado (“TRM”), definida no contrato.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 16.542 (dezesseis milhões, quinhentos e quarenta e dois mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 18.483 (dezoito milhões, quatrocentos e oitenta e três mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

Em 4 de julho de 2023, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 estabeleceu a RAP em R\$ 19.210 (dezenove milhões, duzentos e dez mil reais) para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 3 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram autorizadas pela Administração em 29 de abril de 2024.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende

vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

3.1 Informação de políticas contábeis materiais

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações contábeis regulatórias. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 4 Principais Práticas contábeis regulatórias (2022: Resumo das práticas contábeis regulatórias) e 5 Resumo das práticas contábeis materiais em determinados casos, de acordo com as alterações.

4 Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias apresentadas nas páginas 19 a 26, exceto quanto ao se estabelece abaixo:

4.1 Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Resolução vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja nota explicativa 11 - Imobilizado e 12 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo “Em serviço” correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

4.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

5 Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

5.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em Provisão perda de crédito esperada (PCE) . Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;

- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

5.3 Almoxarifado

Os almoxarifados são compostos essencialmente por materiais de almoxarifado que são consumidos conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício e máquinas equipamentos para substituição do ativo imobilizado que são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

O custo dos almoxarifados é baseado no método de alocação de custo médio. As provisões para almoxarifados de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

5.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

5.5 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%.

Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

Dessa forma, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 8% e 32% para IRPJ e 12% e 32% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60.000 (sessenta mil reais) no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

5.6 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações Contábeis Regulatórias tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

5.8 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

5.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

5.10 Instrumentos financeiros

a. *Ativos financeiros*

Classificação e mensuração – Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

- **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos."

5.11 Transação com partes relacionadas

As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5.12 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis regulatórias da companhia.

(a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

(b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

(c) Outras normas Contábeis

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

Quantos aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

7 Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário e demonstração do resultado

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		43.107	7.913	51.018	42.483	7.637	50.120
Caixa e equivalentes de caixa		37.845	-	37.844	37.551	-	37.551
Concessionárias e permissionárias		2.480	-	2.480	2.081	-	2.081
Contas a receber - partes relacionadas		630	-	630	368	-	368
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2	-	2	2	-	2
Outros impostos a recuperar		27	-	26	28	-	28
Ativo de contrato	a	-	7.913	7.913	-	7.637	7.637
Outros ativos circulantes		2.123	-	2.123	2.453	-	2.453
Ativo não circulante		71.996	9.013	81.009	75.663	6.133	81.796
Ativo de contrato	a	-	80.672	80.672	-	81.208	81.208
Imobilizado não vinculado à concessão		173	-	173	206	-	206
Imobilizado	b	70.306	(70.161)	145	73.934	(73.581)	353
Intangível	b	1.517	(1.498)	19	1.523	(1.494)	29
		115.103	16.926	132.027	118.146	13.770	131.916

*Atlântico Concessionária de
Transmissão de Energia do Brasil S.A
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023*

	<u>31/12/2023</u>			<u>31/12/2022</u>		
Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo circulante	2.369	-	2.369	2.100	-	2.100
Fornecedores terceiros	126	-	126	229	-	229
Fornecedores partes relacionadas	271	-	271	368	-	368
Obrigações Sociais e Trabalhistas	596	-	596	432	-	432
Imposto de renda e contribuição social a pagar	497	-	497	303	-	303
Outros impostos a pagar	435	-	435	405	-	405
Taxas regulamentares	291	-	291	225	-	225
Dividendos Propostos	153	-	153	138	-	138
Passivo não circulante	-	5.962	5.962	-	5.979	5.979
Impostos diferidos	-	5.962	5.962	-	5.979	5.979
Patrimônio líquido	112.734	10.962	123.696	116.046	7.791	123.837
Capital social	106.443	-	106.443	106.443	-	106.443
Reserva legal	1.971	-	1.971	1.166	-	1.166
Reserva de lucro	15.282	-	15.282	16.228	-	16.228
Prejuízo acumulado	(10.962)	10.962	-	(7.791)	7.791	-
	115.103	16.924	132.027	118.146	13.770	131.916

*Atlântico Concessionária de
Transmissão de Energia do Brasil S.A
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023*

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	19.753	(251)	19.502	18.270	(748)	17.522
Custo da operação	e	(7.766)	3.414	(4.352)	(7.577)	3.387	(4.190)
Lucro bruto		11.987	3.163	15.150	10.693	2.639	13.332
Despesas gerais e administrativas		(1.133)	-	(1.133)	(1.368)	-	(1.368)
Outras (despesas) / receitas operacionais		45	-	45	(14)	-	(14)
Resultado antes do resultado financeiro		10.899	3.163	14.062	9.311	-	11.950
Resultado financeiro		4.585	-	4.585	3.621	-	3.621
Receita financeira		4.625	-	4.625	3.758	-	3.758
Despesa financeira		(40)	-	(40)	(137)	-	(137)
Lucro antes dos impostos		15.484	3.163	18.647	12.932	2.639	15.571
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.546)	-	(2.546)	(1.750)	-	(1.750)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	c	-	8	8	-	24	24
Lucro líquido do exercício		12.938	3.171	16.109	11.182	2.663	13.845

7.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio Líquido Societário (Reapresentado)	<u>123.696</u>	<u>123.837</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(88.585)	(88.845)
Imobilizado não vinculado	-	206
Imobilizado	70.163	73.375
Intangível	1.498	1.494
Impostos Diferidos Passivos	<u>5.962</u>	<u>5.979</u>
Patrimônio Líquido Regulatório	<u><u>112.734</u></u>	<u><u>116.046</u></u>

7.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro Líquido Societário (Reapresentado)	<u>16.109</u>	<u>13.845</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato conforme CPC 47	(7.395)	(7.414)
Margem de construção	12.265	10.672
Ajuste de parcelas variáveis	(4.609)	(2.161)
PIS/COFINS Diferido	(10)	(28)
Depreciação e amortização regulatória	(3.751)	(3.708)
Custos de operação e manutenção	337	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	<u>(8)</u>	<u>(24)</u>
Lucro Líquido Regulatório	<u><u>12.938</u></u>	<u><u>11.182</u></u>

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a. *Ativo de concessão*

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

b. Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c. Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d. Receita

Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e. Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Banco	296	440
Aplicações financeiras	37.549	37.111
	<u>37.845</u>	<u>37.551</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração média de 103,55% do CDI em 2023 e 103,87% do CDI em 2022.

9 Concessionárias e permissionárias

Todos os todos clientes da Companhia são classificados como industriais ou estão envolvidos na prestação de serviços diretamente relacionados à indústria

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	2.370	2.115
Vencidas até 30 dias	17	1
Vencidas até 60 dias	1	-
Vencidas até 90 dias	73	1
Vencidas até 120 dias	30	-
Vencidas até 180 dias	13	-
Vencidas entre de 180 e 360 dias	8	5
Vencidas acima de 360 dias	15	10
	<u>2.527</u>	<u>2.132</u>
(-)Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (i)	<u>(46)</u>	<u>(51)</u>
	<u>2.480</u>	<u>2.081</u>

- (i) A Companhia não possui títulos renegociados em sua composição do saldo de contas a receber.

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constituiu ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constituiu a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	<u>(50)</u>	<u>(7)</u>
Reversão de provisão	6	-
Complemento de provisão	<u>(2)</u>	<u>(44)</u>
Saldo final	<u>(46)</u>	<u>(51)</u>

10 Outros ativos circulantes

	31/12/2023	31/12/2022
Almoxarifado	2.046	2.482
Despesas pagas antecipadamente	108	56
Dispêndios a reembolsar (i)	(178)	(178)
Adiantamentos a fornecedores	23	-
Outros	124	93
	<u>2.123</u>	<u>2.453</u>

- (i) Saldo refere-se à desativação em curso de veículos devido sinistro. O bem será baixado no exercício de 2024 após trâmites de aprovações.

11 Imobilizado

a. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	102.186	-	-	336	102.522	336	(33.969)	68.553	71.965
Terrenos	190	-	-	-	190	-	-	190	190
Edificações, obras civis e benfeitorias	8.048	-	-	130	8.177	130	(2.920)	5.258	5.428
Máquinas e equipamentos	93.507	-	-	206	93.714	206	(30.858)	62.855	66.031
Veículos	435	-	-	-	435	-	(189)	245	311
Móveis e utensílios	6	-	-	-	6	-	(2)	4	5
Administração	486	-	(130)	35	391	(95)	(248)	143	317
Edificações, obras civis e benfeitorias	130	-	(130)	-	-	(130)	-	-	128
Máquinas e equipamentos	356	-	-	35	391	35	(248)	143	189
	102.672	-	(130)	371	102.913	241	(34.217)	68.696	72.282
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	1.620	419	(93)	(336)	1.610	(10)	-	1.610	1.620
Edificações, obras civis e benfeitorias	93	130	(93)	(130)	-	(93)	-	-	93
Máquinas e equipamentos	128	192	-	(194)	126	(2)	-	126	128
Veículos	-	9	-	-	9	9	-	9	-
Outros	1.399	88	-	(12)	1.475	76	-	1.475	1.399
Administração	32	3	-	(35)	-	(32)	-	-	32
Máquinas e equipamentos	32	3	-	(35)	-	(32)	-	-	32
	1.652	422	(93)	(371)	1.610	(42)	-	1.610	1.652
Ativo imobilizado	104.324	422	(223)	-	104.523	198	(34.217)	70.306	73.934

*Atlântico Concessionária de
Transmissão de Energia do Brasil S.A
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023*

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	334	-	-	-	334	-	(161)	173	206
Ativo não vinculado	334	-	-	-	334	-	(161)	173	206

b. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	7,81%	102.522	(33.969)	68.553	71.965
Administração	7,51%	391	(248)	143	317
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	334	(161)	173	206
		103.247	(34.378)	68.869	72.488

- (i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de Depreciação e amortização (%)
Imobilizado – transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Para-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%
Imobilizado não vinculado à concessão (i)	
Máquinas e equipamentos	10,00%

- (i) O ativo imobilizado apresentado no Grupo de Atividades não vinculadas a concessão de serviço público de energia elétrica tem depreciação alinhada com a legislação fiscal. Assim, aplicamos a taxa de 10% ao ano visto que consideramos a vida útil econômica dos itens alinhados com a norma fiscal.

11.1 A composição das adições do ativo imobilizado por tipo de gasto capitalizado é como segue:

	Material Equipamentos	Total
Transmissão		
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	130	130
Máquinas e equipamentos	192	192
Veículos	9	9
Outros	88	88
Total das adições	419	419
Administração		
Máquinas e equipamentos	3	3
Total das adições	3	3

11.2 Principais aquisições (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2023

Adições do ativo imobilizado em Serviço			
	Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1.	ROCADEIRA COSTAL A GASOLINA	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	65
	CONTRATO DE EMPREITADA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO DE BAIAS DE RESIDUOS	EDIFICAÇÕES	58
2.	NA ACTE - SE XINGUARA	EDIFICAÇÕES	52
3.	CONSTRUCAO DE BAIA DE RESIDUOS	EDIFICAÇÕES	40
4.	FIREWALL HUAWEI	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	31
5.	MULTIPLEXADOR COM HIERARQUIA SDH/PDH REF	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	20
6.	TELEFONE VIA SATELITE IRIDIUM 9555	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	19
	CONTRATO DE EMPREITADA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS. CONSTRUCAO COZINHA - CP 02 -2022 - WH - OM - 2022 - 000134 - ACTE - XINGUARA PA - AFP. XINGUARA 2,	EDIFICAÇÕES	19
7.	CARAJAS E INTEGRADORA		
8.	TENSIOMETRO DIGITAL TCF - 5	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	16
9.	TONELADAS		
	GELADEIRA FROST FREE ELECTROLUX, MICROONDAS ELECTROLUX,	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	12
10.	BEBEDOURO REFRIGERADO ESMALTEC	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	10
	TRANSCCEPTOR PORTATIL DIGITAL DTR620	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	10
Total das adições			323
	Administração - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1.	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - COMPLEMENTO ICMS DIFAL	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	15
2.	THINKSYSTEM SR630-3YR WRNTY - COMPLEMENTO ICMS DIFAL	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	9

3.	IBM TS4300 TAPE LIBRARY LTO 8 FC	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	6
	1.8 TB 10,000 RPM 12GB SAS 2.5 INCH	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2
4.	HDD - COMPLEMENTO ICMS DIFAL		
5.	MONITOR LENOVO THINK DE 27" HDMI	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2
	NOTEBOOK DELL LATITUDE SERIE 3000		
6.	- COMPLEMENTO ICMS DIFAL	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1
Total das adições			35

11.3 Principais baixas (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço 2023

No exercício de 2023 não foram realizadas baixas de ativos imobilizado em serviço, somente compensações de adiantamento a fornecedores incorridos durante a fase construção.

12 Intangível

a. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	1.458	-	-	10	1.468	10	(12)	1.456	1.453
Servidões	1.444	-	-	-	1.444	-	-	1.444	1.444
Softwares	14	-	-	10	24	10	(12)	12	9
Administração	52	-	-	-	52	-	(35)	17	29
Intangíveis	52	-	-	-	52	-	(35)	17	29
	1.510			10	1.520	10	(47)	1.473	1.483
Ativo intangível em curso									
Transmissão	41	13	-	(10)	44	3	-	44	41
Softwares	41	13	-	(10)	44	3	-	44	41
Ativo Intangível	1.551	13	-	-	1.564	13	(47)	1.517	1.523

b) Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%) (i)	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Transmissão	0,15%	1.468	(12)	1.456	1.453
Administração	10,00%	<u>52</u>	<u>(35)</u>	<u>17</u>	<u>29</u>
		<u>1.520</u>	<u>(47)</u>	<u>1.473</u>	<u>1.482</u>

- (i) Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

12.1 A composição das adições do ativo intangível por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do Intangível em curso	Outros gastos
Transmissão	
Software	<u>13</u>
Total das adições	<u>13</u>

12.2 Principais adições (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço em 2023

Adições do Intangível em Serviço		
Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. PRESTACAO DE SERVICOS DE INSTALACOES DE SISTEMAS	SOFTWARE	10
Total das adições		<u>10</u>

12.3 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2023

Não houve baixa de ativo intangível em serviço no exercício de 2023.

13 Tributos e contribuições sociais

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ	258	143
CSLL	<u>239</u>	<u>160</u>
	<u>497</u>	<u>303</u>

31/12/2023

31/12/2022

PIS	12	12
COFINS	54	53
ISS	227	227
INSS	107	87
Outros	35	26
	<u>435</u>	<u>405</u>

14 Taxas regulamentares

	31/12/2023	31/12/2022
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	141	30
CDE a pagar (ii)	4	-
Taxa de fiscalização (TFSEE) (iii)	6	6
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iv)	140	189
	<u>291</u>	<u>225</u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

(ii) CDE

Conforme disposto na Resolução ANEEL 929/2021, as transmissoras de energia elétrica devem destinar 0,12% da ROL à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE até 31/15/2025. A CDE é um fundo do setor elétrico que tem como objetivo o desenvolvimento energético do país. A partir de 01/01/2026 este percentual será revertido para a execução de projetos de P&DI.

Em 04 de agosto de 2023, através do Despacho nº 2.737 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2023 a junho de 2024 de R\$ 67 (sessenta e sete mil reais).

(iii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427 de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 20 de julho de 2023, através do Despacho nº 2.469 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas as competências de julho de 2023 a junho de 2024 de R\$ 75 (setenta e cinco mil reais).

(iv) **P&D**

Conforme a Resolução Aneel 929 de 2021, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento da ANELL, sendo 0,28% para projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

15 Provisão para Contingências

A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como “provável” ou “possível” e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 106.443 (cento e seis milhões, quatrocentos e quarenta e três mil) dividido em 106.443 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2023 e 2022
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	<u>0,01%</u>
	<u>100%</u>

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Reserva de retenção de lucros

Em 2023 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal, pagamento de dividendos adicionais e reversão da reserva especial de lucros a realizar, ficando disponível o montante R\$ 15.282 (quinze milhões, duzentos e oitenta e dois mil, reais) na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas, de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada. Em 31 de dezembro de 2022 o valor disponível era de R\$ 16.228 (dezesseis milhões, duzentos e vinte e oito mil reais).

d. Prejuízo acumulados

Conforme demonstrado na nota explicativa 7, as diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias impactam diretamente na apuração do resultado da Companhia resultando num prejuízo acumulado de R\$ 10.962 (dez milhões, novecentos e sessenta e dois mil reais) em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 7.791 (sete milhões, setecentos e noventa e um mil reais) em 31 de dezembro de 2022 nas demonstrações financeiras regulatórias absorvidos pela retenção de lucros.

e. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício societário	12.938	11.182
Base para reserva legal	16.109	13.021
Reserva legal (5%)	(805)	(692)
Base de cálculo para os dividendos	<u>15.305</u>	<u>12.329</u>
Dividendo mínimo obrigatório	153	132

Foram efetuadas as aprovações de pagamento de dividendos que foram pagos ao longo de 2022 e 2023 conforme demonstrado abaixo:

Órgão aprovador	Data aprovação	Pagamento em 2023	Pagamento em 2022
RCA	26/04/2022	-	84
RCA	24/05/2022	-	5.696
AGO	26/04/2023	7	-
AGO	26/04/2023	132	-
RCA	12/06/2023	16.097	-
Total		16.236	5.778

17 Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta (i)	21.428	19.695
Receita de rateio de antecipação	(143)	(179)
Receita de encargos de transmissão	7.332	6.753
Recuperação de PIS e COFINS	679	628
Receita Rede de Fronteira	9.739	8.928
Receita de novas obras RBNI	549	510
Receita de CCT	2.848	2.663
Parcela de ajuste do ciclo anterior	43	61
Indisponibilidade de equipamentos (ii)	(117)	(50)
Descontos Incidentes na TUST	498	381
Deduções da receita operacional	(1.675)	(1.425)
PIS	(139)	(128)
COFINS	(641)	(592)
P&D	(197)	(183)
RGR	(644)	(472)
TFSEE	(54)	(50)
	19.753	18.270

(i) Variação referente ao reajuste do ciclo realizado em julho/2022.

(ii) Variação decorrente de estorno da provisão estimada em 2022 devido a indisponibilidade de equipamentos e que a que recorremos e que Aneel acatou o recurso e o valor foi estornado em 2023.

18 Custo da operação

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(2.042)	(1.970)
Material	(880)	(719)
Serviços de terceiros	(661)	(821)
Depreciação e amortização	(3.752)	(3.708)
Gastos diversos	(253)	(183)
Outros	(178)	(176)
	<u>(7.766)</u>	<u>(7.577)</u>

19 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal (i)	(572)	(866)
Material	(15)	(24)
Serviços de terceiros	(211)	(206)
Arrendamentos e aluguéis	(75)	(75)
Seguros	(1)	(2)
Provisão/reversão (ii)	4	(44)
(-) Recuperação de Despesas	(57)	15
Tributos	(26)	(11)
Depreciação e amortização	(90)	(71)
Outras	(90)	(84)
	<u>(1.133)</u>	<u>(1.368)</u>

- (i) A variação na linha de pessoal refere-se substancialmente ao rateio conf. Res. 699/16 devido a inclusão das empresas XRTE e STE em 2022 conforme detalhado na nota explicativa 23.
- (ii) O saldo de 2022 se refere à provisão para perda de crédito esperada do grupo Quinturará em 2022. A reversão em 2023 se deu devido o recebimento dos clientes Fibraplac, Samarco e White Martins que estavam em PCE no ano de 2022.

20 Despesas Com pessoal

Pessoal - operação	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Remuneração	(1.267)	(1.261)
Encargos	(448)	(430)
Previdencia Privada	(19)	(20)
Outros Benefícios - Corrente	(306)	(251)
Outros	(4)	(8)
	<u>(2.043)</u>	<u>(1.970)</u>
Pessoal - administração	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Remuneração	(246)	(345)
Encargos	(83)	(134)
Previdencia Privada	(6)	(3)

Benefícios	(46)	(63)
Administradores	(174)	(242)
Outros	(18)	(79)
	<u>(572)</u>	<u>(866)</u>
	<u>(2.614)</u>	<u>(2.836)</u>

21 Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receita financeira	4.625	3.758
Receitas de aplicações financeiras (i)	4.622	3.756
Outras receitas financeiras	3	2
Despesa financeira	(40)	(137)
IOF, comissões e taxas	(19)	(85)
Multas	(5)	(5)
Outras despesas financeiras	(17)	(47)
	<u>4.585</u>	<u>3.621</u>

- (i) Variação refere-se a rendimentos sobre aplicação financeira em função do aumento de valores aplicados no exercício de 2022 referente a sobra de caixa conforme mencionado na nota explicativa 8.

22 Conciliação de imposto de renda e contribuição social (lucro presumido)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas brutas (i)	21.680	20.028
Base de cálculo (8%)	1.482	1.602
Base de cálculo (32%)	3.149	-
Outras receitas	4.872	3.403
Base de cálculo	7.362	5.005
IR devido	(1.817)	(1.227)
Ajuste de provisão IR referente a anos anteriores	-	-
Total de IRPJ	(1.817)	(1.227)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas brutas (i)	21.680	20.028
Base de cálculo (12%)	2.224	2.403
Base de cálculo (32%)	1.008	-
Outras receitas	4.872	3.403
Base de cálculo	8.104	5.806
CSLL devida	(729)	(523)
Ajuste de provisão CSLL referente a anos anteriores	-	-
Total de CSLL	(729)	(523)
Total de IRPJ/CSLL	(2.546)	(1.750)

- (i) A Companhia tributa as receitas efetivamente auferidas (Aviso de Crédito - AVC) e a natureza das receitas auferidas pelas Transmissoras decorre exclusivamente da prestação dos serviços de transmissão de energia, sendo este serviço remunerado por meio da RAP

23 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 23.1, não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

23.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	8	37.845	35.551
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	24	630	368
Concessionárias e permissionárias	9	2.480	2.081
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - terceiros		126	229
Fornecedores - partes relacionadas	24	271	368

23.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional,

sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	37.845	37.551
Contas a receber – partes relacionadas	630	368
Concessionária e Permissionárias	2.480	2.081

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

24 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais:

24.1 Ativo

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	630	368
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	629	358
Intercompany IRTE - Despesas gerais	1	10

24.2 Passivo

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores/empréstimos - partes relacionadas	271	368
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	265	368
Aluguel (iii)	5	-

24.3 Resultado

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado - partes relacionadas	565	(641)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	635	(499)
Serviços de engenharia SGSE (ii)		(71)
Aluguel (iii)	(70)	(71)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em Abril de 2022, através do despacho Nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2022.
- (ii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para o período de 2022 a 2023
- (iii) . Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.

24.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	76	94
Benefícios diretos e indiretos	13	16
Encargos	37	56
Provisões (13 salário, férias e bônus)	48	76
Valor total da remuneração	174	242

(*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

25 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

26 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2023	31/12/2022
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000	20.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	136.938	136.938
Veículos	Carros	287	341
		<u>157.225</u>	<u>157.279</u>

Ramon Sade Haddad	Jorge Bauer	Mariana de Oliveira Barbosa
Diretor Presidente	Diretor	Contadora - CRC RJ - 103573/O-2